# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Sterlite Brazil Participações S.A.

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000 ev.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A** São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stelite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 11, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 2.899.359 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 — Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.



#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador. recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



## Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de junho de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade Contador CRC PE-026317/O

Balanços patrimoniais - Ativo 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado		
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	255.517	6.746	526.194	137.907	
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	7.189	-	
Ativo de concessão	11	-	-	206.942	62.409	
Prêmio de seguro		-	14	3.108	1.265	
Tributos e contribuições a compensar	7	9.046	11.505	10.652	11.970	
Adiantamento a fornecedores e						
funcionários	8	2.197	67	3.206	74	
Dividendos a receber		2.901	1.874	-	-	
Outros créditos		5	-	4.371	95	
Valor a receber pela alienação de						
investimento	9	2.771	36.708	2.771	36.708	
Partes relacionadas	10	2.202	6.136	-	-	
Total do ativo circulante		274.639	63.050	764.433	250.428	
Ativos de operações descontinuadas					522.406	
Total do ativo circulante		274.639	63.050	764.433	772.834	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativo da concessão	11	-	-	2.692.417	871.318	
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	122.377	51.561	
Tributos e contribuições a compensar Impostos de renda e contribuição social	7	-	-	551	522	
diferido Valores a receber pela alienação de	16	17.818	22.310	17.901	22.310	
investimento	9	5.213	_	5.213	_	
Prêmio de seguro	· ·	11	5	2.432	1.201	
Outros		-	-		499	
		23.042	22.315	2.840.891	947.411	
Investimentos	12	1.113.716	559.477			
Imobilizado	12	3.132	2.339	3.132	2.339	
Intangível		3.132 861	2.339 836	3.132 861	2.339 836	
Intangive		1.117.709	562.652	3.993	3.175	
		1.117.703	JUZ.00Z	3.333	3.173	
Total do ativo não circulante		1.140.751	584.967	2.844.884	950.586	
Total do ativo		1.415.390	648.017	3.609.318	1.723.420	

		Controladora		Conso	lidado
	Nota	2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	8.654	3.839	194.244	108.412
Empréstimos, financiamentos e debentures	14	90.071	-	182.105	123.018
Tributos e contribuições sociais	15	9.453	13.592	17.968	18.717
Imposto de renda e contribuição social		4.080	-	4.080	97
PIS e COFINS diferidos	16	-	-	11.633	2.278
Salários e encargos sociais		1.674	3.838	10.725	4.451
Arrendamentos		951	1.232	951	1.232
Encargos setoriais		-	-	327	-
Partes relacionadas	10	54.308	49.791	3.838	-
Dividendos a pagar		3.902	983	3.902	983
Outros	_	-	1	2.704	2
	-	173.093	73.276	432.477	259.190
Passivos de operações descontinuadas	·-	-	29.978	-	550.771
Total do passivo circulante	_	173.093	103.254	432.477	809.961
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debentures	14	393.729	-	2.042.849	297.861
Arrendamentos		-	550	-	550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	114.086	32.848
PIS e COFINS diferidos	16	-	-	158.125	37.987
Provisão para contingências	17	-	-	13.213	-
Total do passivo não circulante	-	393.729	550	2.328.273	369.246
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a)	370.913	370.913	370.913	370.913
Reservas de lucros	18.b) e 18.c)	477.655	173.300	477.655	173.300
Total do patrimônio líquido	, , , -	848.568	544.213	848.568	544.213

Total do passivo e patrimônio líquido	1.415.390	648.017	3.609.318	1.723.420

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consc	olidado	
Nota	2022	2021	2022	2021	
	_	_	1.395.265	753.965	
	_	-		-	
	-	-	139.627	-	
19	-	-	6.583	30.666	
-	-	-	1.868.182	784.631	
20	-	-	(1.388.707)	(599.812)	
20	-	-	(4.752)	-	
•	-	-	474.723	184.819	
21	(16.231)	(36.047)	(33.654)	(43.892)	
9	72 420	(0.404)	70.400	(0.404)	
40			73.430	(8.161)	
12		129.855	460	-	
		(1 492)		(1.483)	
-	(930)	(1.403)	(930)	(1.403)	
	367.100	84.164	513.729	131.283	
	2.161	1.270	11.135	1.709	
	(43.078)	(897)	(115.104)	(19.349)	
22	(40.917)	373	(103.969)	(17.640)	
Ē	326.183	84.537	409.760	113.643	
16	(3.382)	-	(5.805)	(24)	
16	, ,		, ,	( /	
10	(1.865)	22.310	(83.019)	(6.772)	
	320.936	106.847	320.936	106.847	
4	(13.662)	(8.525)	(13.662)	(8.525)	
	307.274	98.322	307.274	98.322	
	19 20 20 21 9 12 22	Nota 2022	Nota         2022         2021           -         -         -           -         -         -           -         -         -           20         -         -           20         -         -           -         -         -           21         (16.231)         (36.047)           9         73.430         (8.161)           12         310.671         129.855           168         -         -           (938)         (1.483)           367.100         84.164           2.161         1.270           (43.078)         (897)           22         (40.917)         373           326.183         84.537           16         (1.865)         22.310           320.936         106.847           4         (13.662)         (8.525)	Nota         2022         2021         2022           -         -         1.395.265         -         326.707           19         -         -         139.627         -         139.627           -         -         -         6.583         -         -         6.583           -         -         -         (1.388.707)         -         (4.752)         -         -         474.723           20         -         -         -         (4.752)         -         -         474.723           21         (16.231)         (36.047)         (33.654)         9         73.430         (8.161)         73.430         -         -         168         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -         -	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Contr	oladora	Cons	olidado
	2022 2021		2022	2021
Lucro líquido do exercício	307.274	98.322	307.274	98.322
Total de resultados abrangentes	307.274	98.322	307.274	98.322

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	0 - 1/1 - 1 1 - 1	Reserva de	Barrantana	Reserva de retenção de	Reserva de	Lucros (prejuízos)	Patrimônio
	Capital social	capital	Reserva legal	lucros	lucros a realizar	acumulados	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	330.677	-	13.101	62.584	-	-	406.362
Integralização de capital	40.236	-	-	-	-	-	40.236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	98.322	98.322
Perda em transação entre sócios reflexa	-	(19.407)	-	-	-	-	(19.407)
Ganho em transação entre sócios	-	19.407	-	-	-	-	19.407
Estorno de dividendos distribuídos a maior	-	-	-	276	-	-	276
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(983)	(983)
Constituição de reserva legal	-	-	4.916	-	-	(4.916)	-
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	-	92.423	-	(92.423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	370.913	-	18.017	155.283	-	-	544.213
Lucro líquido do exercício	_	-	-	_	-	307.274	307.274
Constituição de reserva legal	-	-	15.364	-	-	(15.364)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.919)	(2.919)
Constituição das reservas de lucros a realizar	-	-	-		288.991	(288.991)	•
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.913	-	33.381	155.283	288.991	-	848.568

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(	Controladora		Conso	lidado
	2022	2.021	2.022	2.021
Asi, idadaa aasaa isaa is				
Atividades operacionais Lucro antes dos tributos sobre as operações em continuidade	326.183	84.537	409.760	113.643
Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	(15.552)	(5.146)	(15.552)	(5.146)
Lucro antes dos tributos	310.631	79.391	394.208	108.497
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) nas atividades operacionais	(040.074)	(400.055)		
Resultado de equivalência patrimonial	(310.671)	(129.855)	400 400	-
Pis e Cofins diferidos	•	-	129.493	32.264
Provisão para contingências Depreciação e amortização	938	1.483	13.213 938	1.483
Atualização monetária – arrendamentos	277	356	277	356
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	29.796	-	105.669	4.367
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	31.146	-
Apropriação dos custos de captação	-	-	4.000	-
Outros ajustes	4.873	1	(1.713)	2
	35.844	(48.624)	677.231	146.969
Decréscimo (acréscimo) de ativos			<del>-</del>	(4.000)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(7.189)	(1.206)
Ativo de concessão	2.459	319	(1.965.633) 1.286	(632.621)
Tributos e contribuições a compensar Prêmio de seguro	2.459 8	78	(3.076)	(352) (377)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(2.130)	(63)	(73.851)	(34.899)
Partes relacionadas	3.934	(136)	(73.031)	(34.033)
Outros	2.811	(100)	(2.484)	(644)
Dividendos a receber	-	(3)	-	-
-	7.082	195	(2.050.947)	(670.099)
Aumento (diminuição) nos passivos				
Fornecedores	4.815	3.018	85.829	17.197
Tributos e contribuições sociais	(4.139)	87	(1.622)	5.327
Encargos setoriais			327	23
Salários e encargos sociais	(2.164)	(1.260)	6.271	(3.236)
Partes relacionadas	4.517	(610)	3.838	(610)
Ativos/passivos de operações descontinuadas	(29.978)	154.267	1.869	-
Outras obrigações Fluxo de caixa de atividades operacionais de operações descontinuadas	(1)	-	(42.624)	(12.778)
riuxo de caixa de atividades operacionais de operações descontinuadas	(26.950)	155.502	53.888	5.913
-	(20.000)	100.002	00.000	0.0.0
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.645)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	15.297	107.073	(1.321.473)	(517.217)
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			•	
Atividades de investimentos	(0.40, 00.4)	(04.4.450)		
Investimento em controladas	(246.384) 28.724	(314.456) 3.352	28.724	3.352
Recebível alienação de investimentos Aquisição de ativo imobilizado	(1.762)	(874)	(1.762)	3.352 (874)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(219.422)	(311.978)	26.962	2.478
Atividades de financiamentos	(215.422)	(311.970)	20.902	2.470
Aumento de capital	_	40.236		40.236
Debêntures e empréstimo captados líquidos do custo de emissão	687.000	-0.200	2.225.995	416.512
Custo de captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	(4.500)	-	(38.256)	-
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(201.390)	-	(444.362)	-
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(27.106)	-	(72.117)	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas	-	49.791	-	-
Passivo de arrendamentos	(1.108)	(1.200)	(1.108)	(1.200)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento de operações descontinuadas		-	12.646	(6.395)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	452.896	88.827	1.682.798	449.151
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	248.771	(116.078)	388.287	(65.558)
				, ,
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.746	122.824	137.907	203.495
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	255.517	6.746	526.194	137.907

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

## 1.1. Objeto social

A Sterlite Brazil Participações Energia S.A. ("Companhia" ou "Brazil Participações"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 12 º andar no município de São Paulo. As acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited., com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia.

As Companhias: Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), Jaçanã Transmissão de Energia ("Jaçanã"), Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra"), Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") e GBS Participações S.A (GBS) são controladas diretas da Sterlite Brazil Participações S.A.. Vale ressaltar que a Brazil Participações, controla indiretamente, as companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Govaz Transmissão de Energia S.A. ("Govaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), através de sua subsidiária GBS Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 11 de fevereiro de 2022, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da GBS Participações S.A., subsidiária integral de Brazil Participações. Elas têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia Olindina Participações S.A., foi constituída em 17 de março de 2022, e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia Olindina não possui qualquer movimentação financeira, conta bancária ou qualquer outro tipo de movimentação e operação. Foi constituída com o propósito de receber eventuais aquisições em futuros leilões de transmissão da energia da Aneel.

#### 1.2. Das concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

#### 1.2. Das concessões--continuação

				Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP (22-23)		
Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês base	
Controladas direta									
Marituba	26/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	80.156	02/2018	
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	68.294	02/2018	
Jaçanã	02/2022	30	31/03/2052	5	2024	IPCA	7.925	03/2022	
Serra Negra	10/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA	22.000	09/2022	
Tangará	14/2022	30	30/09/2052	5	2024	IPCA	7.600	09/2022	
Controladas indireta									
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	33.434	02/2018	
Borborema - RBNI	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	12.021	02/2018	
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	32.931	02/2018	
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	36.585	02/2018	
Solaris - RBNI	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	12.870	02/2018	

#### 1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

#### 1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

## 1.5. Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios do grupo

O negócio das controladas da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e de

suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia e de suas controladas aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência deste assunto.

## 1.6. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

#### Leilão Aneel 2022

Jaçanã

Em 31 de março de 2022, a Jaçanã Transmissão de Energia S.A.. ("Jaçanã"), subsidiária integral da Brazil Participações, assinou o Contrato de Concessão nº 02/2022, em decorrência do resultado vencedor do Lote 02, do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021, que ocorreu em 17 de dezembro de 2021, ao qual lhe conferiu o direito de exploração por 30 anos do projeto de instalação e transmissão de energia localizadas no estado da Bahia, tais como: integração entre os pátios de 500kV e 230kV na SE Olindina, com a implantação de Transformação 500/230 -13,8kV, além das unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

1.7. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – Continuação

Leilão Aneel 2022--Continuação

Jaçanã--Continuação

O contrato assegura Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$ 7.093 (R\$7.925 ajustado pelo IPCA ciclo 2022-2023), que será ajustado pelo IPCA. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em março de 2025, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL

## Serra Negra

Em 30 de junho de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor de 2 lotes, Lote 05 e Lote 09, do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O Lote 05, cujo Contrato de Concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022 e apresenta vigência de 30 anos com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. Será operado através da Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra") sua subsidiária integral.

O projeto consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Sergipe e da Bahia, tais como:

- (I) Linha de transmissão Olindina Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha;
- (II) Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA;
- (III) Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória: e
- (IV) Unidades de transformação, conexóes de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

1.6. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 --Continuação

## Serra Negra--Continuação

O contrato de concessão da Serra Negra, assegura Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$ 22.000, com reajuste pelo IPCA. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

#### <u>Tangará</u>

O Lote 09, cujo Contrato de Concessão nº 14/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022 e apresenta vigência de 30 anos com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. Será operado através da Companhia Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") sua subsidiária integral.

O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Mato Grosso e do Pará, tais como:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cláudia e Cachimbo, em circuito simples, com extensão aproximada de 278 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Cachimbo e Novo Progresso, em circuito simples, com extensão aproximada de 227 km;
- (iii) Subestação Cláudia novo pátio de 500/230 kV, (3+1 Res) x 150 MVA;
- (iv) Subestação Cláudia novo pátio de 230/138 kV, (1) x 200 MVA;
- (v) Subestação Cachimbo em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar;
- (vi) Subestação Novo Progresso em 230 kV, 1x Compensador Síncrono (-45/+45) Mvar;
- (vii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre a subestação de Cláudia e a linha de distribuição em 138 kV Sinop B – Colider, em circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

## 1.6. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022--Continuação

Tangará--Continuação

(viii) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão da Tangará, assegura Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$ 87.600, com reajuste pelo IPCA. A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em setembro de 2027, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

#### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 16 de junho de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

#### 2.2. Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam.

## 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-Continuação

#### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

#### Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi de 9.44% (exceto a taxa de 10,53% para a controlada Jaçanã). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

#### Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

#### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 — Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 — Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

#### 2.5. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) — Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

## 2.5. Procedimentos de consolidação--Continuação

As controladas são todas as Companhias nas quais a Sterlite Brazil Participações S.A. detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Participação %		
	2022	2021	
Controladas diretas			
Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba")	100	100	
São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco)	100	100	
Jaçanã Transmissão de Energia S.A.	100	0	
Serra Negra Transmissão de Energia S.A.	100	0	
Tangará Transmissão de Energia S.A.	100	0	
GBS Participações S.A.	100	100	
Vineyards Participacoes S.A. (**)	-	100	
Controladas indiretas			
Borborema Transmissão de Energia S.A ("Borborema")	100	100	
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100	
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100	
SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Vineyards") (*)	-	100	

<sup>(\*)</sup> A Vineyards foi transferida para a Vineyards Participações em maio de 2021

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

<sup>(\*\*)</sup> A Vineyards Participações S.A. deixou de ser controlada pela Companhia em maio de 2022

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1. Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

## Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a aplicações financeiras.

#### Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis-Continuação

## 3.1. Instrumentos financeiros-Continuação

## a) Ativos financeiros - Continuação

#### Custo amortizado-Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos e concessionárias e permissionárias.

## ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

#### iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis-Continuação

## 3.2. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação

#### 3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.3. Ativo de concessão - contratual - Continuação

#### a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### b) Ativo de concessão - contratual

As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis-Continuação

#### 3.3. Ativo de concessão - contratual - Continuação

## b) Ativo de concessão - contratual--Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

#### 3.4. Investimentos

A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

## 3.5. Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

#### 3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis-Continuação

## 3.6. Ativo intangível--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## 3.7. Arrendamentos

#### a) Controladora como arrendatária

A Companhia avalia na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### Arrendatário

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

## Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.7. Arrendamentos--Continuação

#### a) Controladora como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a taxa implícita encontrada na taxa de capitação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

#### 3.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## 3.9. Passivos circulantes e não circulantes--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

## 3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

## 3.11. Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

A Companhia e suas controladas podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 3.12. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

A Administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## 3.13. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### 3.14. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

#### a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.14. Reconhecimento de receita--Continuação

## b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

## c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

#### d) Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura

Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão.

## 3.15. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## 3.16. Imposto de renda e contribuição social

#### Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes. A Companhia e as controladas GBS, Marituba e São Francisco se encontram em regime de tributação de Lucro real.

As controladas Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

#### **Diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.16. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### 3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

## 3.18. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.19. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

## 3.19.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 10 janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). Contrato Oneroso, Ativo Imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e Referências à Estrutura Conceitual;
- IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards Subsidiária como adotante pela primeira vez; e
- IFRS 9 Financial Instruments Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 Instrumentos Financeiros).

#### 3.19.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 17 Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1o de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.
   As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2023; e
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 4. Reorganização societária e alienação de investimentos

#### 4.1. Alienação da Borborema, Goyaz e Solaris em 2022

A Sterlite Brazil Participações S.A., realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela sua subsidiária integral GBS Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações destas controladas.

#### 4.2. Venda das controladas direta Vineyards Participações e indireta Vineyards Transmissão

Em 2021, a Administração da Companhia iniciou plano de venda da sua controlada Vineyards Participações S.A, visando estrategicamente a alienação do investimento. Em 1º de abril de 2021, a Sterlite Brazil Participações S.A. (holding da SE Vineyards Transmissao de Energia S.A), aceitou oferta vinculante de parceria estratégica com o fundo de investimento Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em participação em infraestrutura para aquisição de ativos de transmissão de energia elétrica desenvolvidos para a companhia. Assim, no âmbito da parceira estabelecida, sujeito ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e de entidades financiadoras, o Fundo formalizou o compromisso para a primeira aquisição de debêntures conversíveis em acões, no montante total de R\$166.935, que foram emitidas pelo veículo ("Vineyards Participações") que era detentor de 100% da SPE Vineyards Transmissão de Energia S.A., concessionária do contrato 31/2017-Aneel. De acordo com as regras estabelecidas nos documentos firmados entre as partes, as debêntures têm como objetivo final a conversão de 81,72% das ações da Vineyards Participações. A conversão ocorreu quando o projeto atingiu determinadas condições precedentes, que se efetivou em maio de 2022, com data base de 30 de abril de 2022, e neste momento o Fundo passou a ser o acionista controlador do ativo. O contrato prevê ainda que concomitantemente à emissão da primeira opção de aquisição, compra e venda de ações sobre a participação remanescente da Sterlite de 18,28%, em favor do Fundo, que foi exercida em maio de 2022, dentro do prazo previsto em contrato de até 190 dias após a conversão das ações e debêntures descritas acima, no montante total de R\$37.335, desse montante ocorreu o recebimento de R\$32.122 em novembro de 2022, quando foi realizada a transferência do restante das ações. Após essa etapa, o Fundo, por meio da V2i Energia S.A., passou a ser o único acionista do Ativo, detendo a totalidade de suas ações.

Dessa operação a Companhia em 31 de dezembro de 2022, tem um saldo a receber no montante de R\$5.213, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário referente ao deposito realizado pela V2i compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022. O valor em custódia servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras. Os resultados da alienação dos investimentos estão apresentados a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 4. Reorganização societária e alienação de investimentos--Continuação

#### 4.3. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantinha como ativos mantidos para venda até 30 de abril de 2022 os saldos informados no quadro abaixo. Em 31 de dezembro de 2022 não há ativos e passivos classificados como mantido para venda na Companhia.

Os montantes registrados nas respectivas rubricas estão mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme demonstrado abaixo.

_	SE Vineyards	Vineyards Participações	Consolidado
	2022	2022	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	54.102	69	54.171
Concessionárias e permissionárias	5.179	-	5.179
Ativo de concessão	464.022	-	464.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.563	-	24.563
Depósitos judiciais	10	-	10
Prêmios de seguros	550	-	550
Tributos e contribuições a compensar	2.491	18	2.509
Investimentos	-	126.645	-
Dividendos a receber	-	65	65
Adiantamentos a fornecedores e empregados	299	-	299
Ativos	551.216	126.797	551.368
Passivo			
Fornecedores	8.398	81	8.479
Debêntures	316.834	-	316.834
Tributos e contribuições sociais	527	1	528
Salários e encargos sociais	4	-	4
Imposto de renda e contribuição social	13	-	13
Encargos regulatórios	215	-	215
PIS e COFINS diferidos	42.743	-	42.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.207	-	55.207
Outros	56	-	56
Passivos	423.997	82	424.079
Dividendos e juros sobre capital próprio	572	-	572
Ativos e passivos líquidos	126.647	126.715	126.717

<sup>(\*)</sup> Os valores das controladas Vineyards Participações e SE Vineyards, refere-se à posição até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 4. Reorganização societária e alienação de investimentos--Continuação

# 4.3. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas -- continuação

Os ativos e passivos em 31 dezembro 2021 classificados como mantido para venda estão detalhados abaixo:

	SE Vineyards	Vineyards Participações	Consolidado
	2021	2021	2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	60.796	19	60.815
Concessionárias e permissionárias	4.187	-	4.187
Ativo de concessão	454.528	-	454.528
Prêmios de seguros	384	-	384
Tributos e contribuições a compensar	2.092	18	2.110
Outros	10	-	10
Adiantamentos a fornecedores e empregados	373	-	373
Ativos	522.370	37	522.406
Passivo			
Fornecedores	3.857	46	3.902
Debêntures	311.255	160.456	471.711
Tributos e contribuições sociais	477	-	477
Salários e encargos sociais	9	-	9
Imposto de renda e contribuição social	8	-	8
Encargos regulatórios	152	-	152
PIS e COFINS diferidos	41.968	-	41.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.535	-	32.535
Outros	8	-	8
Passivos	390.269	160.502	550.771
Dividendos e juros sobre capital próprio	572	(65)	507
Partes Relacionadas a pagar	1.106	-	1.106
Ativos e passivos líquidos	130.423	(160.400)	(29.978)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 4. Reorganização societária e alienação de investimentos--Continuação

# 4.3. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas -- continuação

O resultado do exercício das companhias SE Vineyards, Vineyards Participações, são apresentados a seguir:

	Vineyards			
2022	Participações *	SE Vineyards *	Eliminações	Consolidado
Receitas	-	22.179	-	22.179
Custos	-	(8.247)	-	(8.247)
Lucro bruto	-	13.932	-	13.932
Despesa	(110)	(706)	-	(816)
Equivalência patrimonial	(3.779)	-	3.779	-
Resultado financeiro	(9.773)	(18.895)	-	(28.668)
Resultado (prejuízo) antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	(13.662)	(5.669)	3.779	(15.552)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.890	-	1.890
Resultado após os tributos proveniente de operações descontinuadas	(13.662)	(3.779)	3.779	(13.662)

<sup>(\*)</sup> Os valores das controladas Vineyards Participações e SE Vineyards, refere-se ao resultado até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário.

2021	Dunas	Vineyards Participações (consolidado)	SE Vineyards	Consolidado
Receitas	1.719	58.441	28.883	89.043
Custos	(384)	(13.433)	(10.255)	(24.072)
Lucro bruto	1.335	45.008	18.628	64.971
Despesa	(661)	(2.779)	(573)	(4.013)
Resultado financeiro	(53)	(48.042)	(18.009)	(66.104)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas	621	(5.813)	46	(5.146)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(223)	(4.789)	1.633	(3.379)
Lucro (prejuízo) após os tributos proveniente de operações descontinuadas	398	(10.602)	1.679	(8.525)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 4. Reorganização societária e alienação de investimentos--Continuação

# 4.3. Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas -- continuação

Os fluxos de caixa líquidos gerados (consumido) pelas Companhias, cuja operação foi classificada como descontinuada é como segue:

2022*	Vineyards Participações (consolidado)
Atividades operacionais	(19.290)
Atividades de investimentos	-
Atividades de financiamento	12.646
Caixa líquido gerado	(6.644)

<sup>(\*)</sup> Os valores da controlada refere-se ao resultado até 30 de abril de 2022, período pelo qual a companhia detinha controle acionário.

2021	Dunas*	Vineyards Participações (consolidado)	SE Vineyards	Consolidado
Atividades operacionais	(994)	(11.075)	(719)	(12.788)
Atividades de investimentos	-	-	-	-
Atividades de financiamento	1.003	(7.398)	-	(6.395)
Caixa líquido gerado	9	(18.473)	(719)	(19.183)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controla	Controladora		dado
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	1.024	4.208	78.044	42.841
Aplicações financeiras	254.493	2.538	448.150	95.066
	255.517	6.746	526.194	137.907

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas a taxas que variam de 75% a 98% do CDI. Em 2022 a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia foi de R\$1.681 (R\$ 1.270 em 2021). No consolidado, a rentabilidade totalizou R\$10.152 em 2022 (R\$1.266 em 2021).

### 6. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado
	2022
Concessionárias e permissionárias	7.189
	7.189

O saldo é mantido pelas controladas indiretas (Borborema, Goyaz e Solaris). As controladas iniciaram os faturamentos da RAP a partir de:

Solaris: A Companhia, em julho de 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela RAP original e em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação. Ressalta-se que o setor de 138 kV da SE Jaiba esta pendente de energização em função das instalações pertencentes à CEMIG-D.

<u>Goyaz</u>: A Companhia em junho de 2022, entrou em operação comercial parcial. A linha de transmissão Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação, com parcela de RAP equivalente a 36,6% da RAP original.

<u>Borborema:</u> A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 7. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos retidos sobre faturamento	5	-	7	_
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	601	-	905	-
PIS e COFINS a recuperar	135	10	1.147	988
IR e CSLL retido na fonte	8.302	11.490	9.132	11.497
Outros	3	5	12	7
	9.046	11.505	11.203	12.492
Circulante	9.046	11.505	10.652	11.970
Não circulante	-	-	551	522

#### 8. Adiantamento a fornecedores e funcionários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a funcionários	45	49	72	56
Adiantamento a fornecedores (i)	2.152	18	125.511	51.579
· ·	2.197	67	125.583	51.635
Circulante	2.197	67	3.206	74
Não circulante	-	-	122.377	51.561

<sup>(</sup>i) No saldo da controladora refere-se basicamente a adiantamentos com despesas administrativas e financeiras. O saldo do consolidado refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 9. Valores a receber e resultado na alienação de investimento

#### a) Valores a receber pela alienação de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valor a receber pela alienação de investimento	7.984	36.708	7.984	36.708
	7.984	36.708	7.984	36.708
Circulante	2.771	36.708	2.771	36.708
Não circulante	5.213	-	5.213	-

O montante de R\$7.984 em 31 de dezembro de 2022, correspondente ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras, sendo R\$2.771 referente ao deposito realizado pela V2i compradora da Arcoverde, que deve ser mantido por 42 meses a partir do mês de março de 2020 e R\$5.213 referente ao deposito realizado pela V2i compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022.

#### b) Resultado na alienação de investimentos

	Controladora/Consolidado		
	2022	2021	
Receita de venda de participação de controladas (i)	204.270	9.971	
Ajuste de preço de ativos vendidos (ii)	-	(2.710)	
Baixa de ativos mantido para venda (i)	(126.717)	(10.401)	
Ganho (perda) na venda de participação de controladas	77.553	(3.140)	
Despesas com assessoria na venda de ativos(iii)	-	(5.021)	
Perda na alienação da Escrow da venda de Novo Estado	(4.123)	<u>-</u>	
Resultado na venda de participação de controladas	73.430	(8.161)	
.,,			

<sup>(</sup>i) Valores de receita e ativo mantido para venda referente a companhia Dunas transmissão de Energia, Companhia vendida em maio de 2021 para companhia Cymi Construções e Participações S.A.

A Companhia entende que devido a representatividade destas controladas, a venda destes ativos satisfaz os critérios de operação descontinuada, portanto, os resultados provenientes destas controladas estão apresentados em linha separada na demonstração do resultado bem como no fluxo de caixa.

<sup>(</sup>ii) Liberação do escrow para ajuste de preço de venda da Arcoverde, Companhia vendida em março de 2022 para Companhia V21 Energia S.A. (iii) As taxas de sucesso para venda de Consultores incluíram o pagamento ao BTG/ABC e ao Santander bank pela coordenação do acordo de venda do projeto Dunas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 10. Partes relacionadas

#### a) Ativo - contas a receber

#### (i) Reembolso de despesas

	Controladora	Controladora
	2022	2021
SE Vinavarda		4.400
SE Vineyards	-	1.106
Borborema	-	788
São Francisco	1.876	1.550
Goyaz	-	699
Marituba	-	1.133
Solaris	-	860
Jaçanã	326	-
Total	2.202	6.136

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia manteve com partes relacionadas saldos a receber relativos a compartilhamento de despesas com folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo era composto basicamente de reembolso de despesas judiciais em processo movido e reembolso de despesas de comissão garantia com empresa relacionada.

#### b) <u>Passivo – contas a pagar</u>

		Control	adora	Consolidado			
Credor	Companhia	Encargos	Data final	2022	2021	2022	2021
GBS Participações (parte relacionada) Sterlite Power Transmission	Brasil	IOF	31/12/2023	50.470	49.791	-	-
Limited (*)	Índia	-	-	3.838	-	3.838	-
Total			_	54.308	49.791	3.838	-

<sup>(\*)</sup> Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem o saldo a pagar de R\$3.838 para a Sterlite Power Transmission Limited, relacionado ao reembolso de comissão garantia.

		Controladora						
Credor	Saldo em 31/12/2021	Encargos	Captações	Saldo em 31/12/2002				
GBS Participações (parte relacionada)	49.791	679		50.470				
Sterlite Power Transmission Limited	-	-	3.838	3.838				
Total	49.791	679	3.838	54.308				

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 10. Partes relacionadas--Continuação

Credor	Saldo em 31/12/2021	Encargos	Captações	Saldo em 31/12/2002
Sterlite Power Transmission Limited	-	-	3.838	3.838
Total	-	-	3.838	3.838

#### 11. Ativo de concessão

	Consolid	lado
Ativo de concessão	2022	2021
Saldo inicial	933.727	513.747
Transferido para ativo mantido para venda	-	(393.824)
Receita de implementação da infraestrutura	1.491.700	621.847
Margem de implementação da infraestrutura	346.464	159.171
Remuneração do ativo de concessão	154.138	32.786
Receita de operação e manutenção	6.583	-
(-) Faturamento	(33.254)	-
Saldo final	2.899.359	933.727
Circulante	206.942	62.409
Não circulante	2.692.417	871.318

A Companhia não considerou perdas por parcelas variáveis em seu fluxo contratual, pois está dentro do cronograma de construção e não tem ocorrências de séries históricas de perdas por parcelas variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 12. Investimentos

## a) Saldos de balancetes das Companhia investidas pela Companhia:

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Controladas Diretas							
Marituba	2022	293.143.400	100	1.134.952	785.372	349.580	104.007
São Francisco	2022	292.182.516	100	219.010	124.169	94.841	(2.443)
GBS Participações S.A.	2022	474.186.000	100	1.267.811	601.348	666.463	195.543
Jaçana	2022	100	100	2.453	353	2.100	(51)
Serra Negra	2022	400	100	131	-	131	(9)
Tangará	2022	400	100	602	-	602	(38)
Controladas Indiretas							
Borborema	2022	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	76.502
Goyaz	2022	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	40.702
Solaris	2022	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	159.339
Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Controladas Diretas							
Marituba	2021	61.452.528	100	114.634	16.799	97.835	5.484
São Francisco	2021	292.182.516	100	44.016	8.659	35.357	1.158
GBS Participações S.A.	2021	100	100	49.890	56.861		(7.071)
Borborema	2021	139.019.259	100	378.409	203.814		51.304
Goyaz	2021	77.089.450	100	205.248	107.930		16.653
Solaris	2021	20.732.000	100	378.328	216.986		62.327
· · ·				2.2.3=0	= : = : 0000		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 12. Investimentos--Continuação

#### b) Movimentação dos investimentos:

	Valor do Investimento em 2021	Transferência - Controlada indireta	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento em 2022
Marituba	97.836	-	148.725	(988)	104.007	349.580
São Francisco	35.358	-	61.924	-	(2.442)	94.840
Jaçana	-	-	2.151	-	(51)	2.100
Serra Negra	-	-	140	-	(9)	131
Tangará	-	-	640	-	(38)	602
GBS Participações	(6.971)	446.915	32.804	(1.828)	195.543	666.463
Borborema*	174.595	(179.185)	-	-	4.590	-
Goyaz*	97.317	(99.294)	-	-	1.977	-
Solaris*	161.342	(168.436)	-	-	7.094	-
Total controladas	559.477	-	246.384	(2.816)	310.671	1.113.716

<sup>(\*)</sup> As investidas passaram a ser controladas pela GBS Participações a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 01 de janeiro de 2022 a 11 de fevereiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 12. Investimentos--Continuação

#### b) Movimentação dos investimentos--continuação:

	Valor do Investimento em 2020	Aporte de capital	Constituição de dividendos	Equivalência patrimonial/operação descontinuada	Transferência para mantido para venda	Valor do Investimento em 2021
Marituba	28.516	63.885	(52)	5.486	<u>-</u>	97.835
São Francisco	24.878	9.332	(11)	1.158	-	35.357
SE Vineyards	123.633	-	-	-	(123.633)	-
GBS Participações	-	100	-	(7.071)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(6.971)
Borborema	22.316	101.462	(487)	51.304	-	174.595
Goyaz	19.167	61.657	(158)	16.652	-	97.318
Solaris	22.622	76.986	(592)	62.327	-	161.343
Vineyards Participações	-	31	· · ·	-	(31)	-
Dunas		1.003	<u>-</u>	<u>-</u>	(1.003)	<u>-</u>
Total	241.132	314.456	(1.300)	129.856	(124.667)	559.477

## c) <u>Movimentação do investimento das operações descontinuadas</u>

	Valor do investimento em 2021	Aporte capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Operações descontinuadas	Baixa de investimento mantido para venda até abril de 2022	Valor do investimento em 2022
Vineyards Participações	(29.978)	166.935	3.422	(13.662)	(126.717)	-
	(29.978	166.935	3.422	(13.662)	(126.717)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consol	dado	
- -	2022	2021	2022	2021	
Fornecedores de materiais e serviços (i)	5.706	1.459	6.181	38.992	
Relacionados a implementação da infraestrutura	-	-	138.359	-	
Retenções contratuais	-	-	10.446	9.314	
Materiais e serviços não faturados (ii)	2.948	2.380	39.258	60.106	
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	8.654	3.839	194.244	108.412	

<sup>(</sup>i) Na controladora, referem-se a valores a pagar para a Modal Assessoria Financeira.

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

#### a) Os empréstimos e debêntures são compostos da seguinte forma:

			_	Contro	oladora	Cons	olidado
Instituições financeiras	Companhia	Encargos	Data final	2022	2021	2022	2021
Banco Alfa - CCB	Sterlite	CDI + 3.809%	24/04/2023	36.022		36.022	
Banco Alfa - CCB		,		30.022	-		-
	Marituba	IPCA + 3,73%	15/06/2044		-	395.678	
Total Banco Banco Alfa	Б. 1	1004 0 45400/	04/00/0044	36.022	-	431.700	-
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	9.379	-
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	•	-	26.885	
Total Banco Banco do Brasil				-	-	36.264	-
Banco Modal - CCB (Ponte) Banco Modal - CCB (Ponte)	Sterlite São	CDI + 4,5%	18/03/2025	2.272	-	2.272	-
	Francisco	CDI + 4,00%	14/09/2023	-	-	84.025	-
Banco Modal - CCB (Ponte)	Goyaz	CDI + 4,50%	31/03/2022	-	-	-	66.377
Banco Modal - CCB (Ponte)	GBS	CDI + 4,50%	31/03/2022	-	-	-	56.595
Total Banco Modal			-	2.272	-	86.297	122.972
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	-	-	74.134	-
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	-	-	54.064	_
7BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	102.677	84.382
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	15.836	13.012
Total BNB			-	-	-	246.711	97.394
Banco Santander - CCB	Sterlite	CDI + 4,97%	01/12/2023	49.741	-	49.741	-
Total Outros bancos			-	49.741	-	49.741	-
Debêntures	Sterlite	CDI + 4.0%	22/12/2027	395.765	-	395.765	_
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	-	-	598.964	_
Debêntures	Borborema	IPCA + 6.10%	16/01/2045	-	-	55.268	49.552
Debêntures	Marituba	IPCA + 7.24%	15/06/2044	-	-	154.302	-
Debêntures	Solaris	IPCA + 6.40%	15/01/2045	-	-	169.942	150.961
Total debêntures		,	-	395.765	-	1.374.241	200.513
Total			:=	483.800	-	2.224.954	420.879
Circulante			_	90.071	_	182.105	123.018
Não circulante				393.729	-	2.042.849	297.861

<sup>(</sup>ii) Na controladora o saldo refere-se a basicamente a provisões de serviços de auditoria e comissão garantia. No saldo consolidado são provisões conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados em dezembro de 2022 a ser faturado no decorrer de 2023. Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## **14. Empréstimos, financiamentos e debêntures**--Continuação

### b) Movimentação dos empréstimos e debêntures

#### Controladora

Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	Sterlite	-	400.000	265	-	(4.500)	-	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	25.000	2.943	(2.289)	-	(25.654)	-
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	35.000	1.965	(943)		-	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	-	49.000	741	-	-	-	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	28.000	3.912	(3.904)	-	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	150.000	19.970	(19.970)	-	(150.000)	-
Total			687.000	29.796	(27.106)	(4.500)	(201.390)	483.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

#### Consolidado

							Apropriação			
		Saldo em	Captações e		Atualização	Pagamento	dos custos	Custos de	Amortização	Saldo em
Instituições financeiras	Empresa	31/12/2021	adições	Juros	monetária	de juros	de captação	captação	do principal	31/12/2022
Debêntures	Sterlite	-	400.000	265	-	<u>-</u>	-	(4.500)	-	395.765
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	25.000	2.943	-	(2.289)	-	-	(25.654)	-
Banco Alfa - CCB	Sterlite	-	35.000	1.965	-	(943)	-		-	36.022
Banco Santander - CCB	Sterlite	-	49.000	741	-	-	-	-	-	49.741
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	28.000	3.912	-	(3.904)	-	-	(25.736)	2.272
Banco Modal - CCB	Sterlite	-	150.000	19.970	-	(19.970)	-	-	(150.000)	-
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	84.382	18.035	7.154	-	(6.894)	-	-	-	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	13.012	2.781	1.149	-	(1.106)	-	-	-	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	-	9.379	-	-	•	-	-	-	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	-	26.885	-	-	-	-	-	-	26.885
Debêntures	Borborema	49.552	-	3.290	2.925	-	-	(499)	-	55.268
Debêntures	Solaris	150.961	-	10.704	8.277	-	-	-	-	169.942
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	-	73.852	1.201	-	(919)	-	-	-	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	-	53.804	951	-	(691)	-	-	-	54.064
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	66.377		2.224	-	(2.224)	-	-	(66.377)	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	44.000	882	-	(882)	-	-	(44.000)	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	56.595	-	1.840	-	(1.840)	(4.000)	-	(52.595)	-
Debêntures	GBS	-	600.000	33.570	19.002	(20.851)	-	(32.757)	·	598.964
Nota promissória (Modal)	São Francisco	-	86.000	4.246	-	(6.221)	-	` -	-	84.025
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	-	394.242	3.768	-	(2.332)	-	-	-	395.678
Debêntures	Marituba	-	150.017	3.843	942	·	-	(500)	-	154.302
CCB (Ponte)	Marituba	-	80.000	1.051	-	(1.051)	-	-	(80.000)	-
Total		420.879	2.225.995	105.669	31.146	(72.117)	(4.000)	(38.256)	(444.362)	2.224.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## **14.** Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

Movimentação 2021

hadded a garden and a	<b>F</b>	Saldo em	Transferência para passivo disponível	Captações	lumaa	Atualização	Pagamento	Custos de	Amortização	Saldo em
Instituições financeiras	Empresa	31/12/2020	para venda	e adições	Juros	monetária	de juros	captação	do principal	31/12/2021
Debêntures	Vineyards	274.355	(274.355)	-	-	-	-	-	-	-
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	-	`	84.343	39	-	-	-	-	84.382
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	-	-	13.007	5	-	-	-	-	13.012
Debêntures	Borborema	-	-	50.000	346	548	-	(1.342)	-	49.552
Debêntures	Solaris	-	-	150.000	633	824	-	(496)	-	150.961
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	-	65.000	1.377	-	-	` -	-	66.377
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	-	-	56.000	595	-	-	-	-	56.595
Total		274.355	(274.355)	418.350	2.995	1.372	-	(1.838)	-	420.879

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos--Continuação

#### Sterlite

Banco Alfa CCB – A Companhia, em fevereiro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$25.000 com o Banco Alfa, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 3,55%. O empréstimo foi totalmente pago em novembro de 2022.

Banco Alfa CCB – A Companhia, em outubro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$35.000 com o Banco Alfa, desembolsado integralmente em outubro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 3,809%, com vencimento em abril de 2023. Porém somente os juros foi pago em 2023 e o principal foi renovado.

Banco Modal CCB – A Companhia, em março de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$28.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em março de 2022, remunerado pela taxa CDI + 4,5%, com vencimento em março de 2025, porém 92% do valor foi liquidado antecipadamente em dezembro de 2022.

Banco Santander CCB – A Companhia, em dezembro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$49.000 com o Banco Santander, desembolsado integralmente em dezembro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 4,97%, com vencimento em dezembro de 2023.

Debêntures – A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures no montante total de R\$400.000, em dezembro de 2022, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado no vencimento, em dezembro de 2027, remunerada pela taxa CDI + 4,00% a.a.

#### Borborema

A Borborema realizou a primeira emissão de debêntures, em novembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 43 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6,10% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

Borborema--Continuação

Até dezembro de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$118.000, sendo R\$102.000 destinados a áreas prioritárias e R\$16.000 destinados a áreas não prioritárias. Sobre os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA.

Sobre ambos os valores, os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente, até o início da amortização em 15/07/2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o fim do período de amortização em 15 de dezembro de 2040.

Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à 1ª Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto.

Em 31 de dezembro de 2022, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

#### Solaris

A Solaris realizou a primeira emissão de debêntures, em dezembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6,40% a.a.

Ainda, em janeiro de 2022, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.000, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos--Continuação

Solaris--Continuação

Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.400, sendo R\$43.700 destinados a áreas prioritárias e R\$31.700 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Companhia recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.292 destinados a áreas prioritárias e R\$21.974 destinados a áreas não prioritárias. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7577%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os palores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia.

Sobre ambos os valores, os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente, a partir de 15 de agosto de 2022, até o início da amortização em 15 de março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o fim do período de amortização em 15 de fevereiro de 2045.

Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à 1ª Emissão de Debêntures e R\$150.000 referente ao financiamento do projeto junto ao BNB. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto.

Em 31 de dezembro de 2022, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*).

#### Goyaz

A Goyaz em fevereiro de 2022 firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022.

A Companhia em março de 2022 quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

#### Marituba

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em agosto de 2022, composto de principal e juros, e contando com garantia real e garantia fidejussória adicional. O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,24% a.a.

A Companhia também fechou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o BASA - Banco da Amazônia, na modalidade do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, no valor de R\$536.403 tendo recebido o montante de R\$ 394.242 até dezembro de 2022. Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,71%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais.

Durante o período de carência, os encargos financeiros serão exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de 15 de agosto de 2023, os encargos financeiros serão exigíveis integralmente juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045.

Em agosto de 2022 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas, em nome de Marituba, fianças bancárias no valor de R\$150 milhões, referente à 1ª Emissão de Debêntures e ainda R\$535 milhões, referente ao financiamento do projeto junto ao BASA.

De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BASA. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto, e de 1,35%, calculada da mesma maneira, após a finalização das obras do projeto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

#### São Francisco

A São Francisco realizou em setembro de 2022 a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"). As NPs são compostas de principal e juros, e contam com garantia real e garantia fidejussória, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A data de pagamento da parcela integral do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios das NPs é igual à data de vencimento das NPs, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia pretende pagar antecipadamente as NPs até o 2º trimestre de 2023 com aportes de capital a serem recebidos de sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A..

#### Condições restritivas

Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração da Companhia e suas controladas monitoram essas cláusulas de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

Os vencimentos das parcelas estão distribuídos a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2022		
2023	90.071	182.105	
2024	-	29.040	
2025	-	29.674	
2026	-	32.465	
2027	393.729	432.997	
2028	-	42.409	
2029	-	47.640	
2030	-	51.518	
2031	-	53.129	
Após 2032	-	1.323.977	
Total das obrigações	483.800	2.224.954	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

### 15. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consc	olidado
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	41	13	231	13
IRPJ	6.360	-	6.817	-
CSLL	2.768	96	3.138	105
ISS	-	10	2.809	1.766
INSS terceiros	5	19	735	1.357
ICMS	-	-	3.586	1.658
Contribuição social retida na fonte	277	3.546	454	3.695
Imposto de renda retido na fonte	2	9.863	48	10.022
Outros impostos e contribuições retidos na fonte	-	45	150	201
Total	9.453	13.592	17.968	18.817

### 16. Tributos diferidos e imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda, contribuição social e Pis e Cofins diferido

	Controladora		Consoli	dado
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda diferido Contribuição social diferida	13.101 4.717	16.404 5.906	13.162 4.739	16.404 5.906
IR/CS diferidos ativos	17.818	22.310	17.901	22.310
Imposto de renda diferido Contribuição social diferida IR/CS diferidos passivos (*)	<u> </u>	- - -	(79.496) (34.590) <b>(114.086)</b>	(24.153) (8.695) <b>(32.848)</b>
PIS diferido PIS diferido (presumido) COFINS diferida COFINS diferida (presumido)		- - -	(18.994) (11.269) (87.490) (52.005)	(1.822) (8.392) (5.352) (24.699)
PIS e COFINS diferidos  Tributos passivos		-	(169.758)	(40.265)
Circulante Não circulante	-	-	(11.633) (272.211)	(2.278) (70.835)

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados nas controladas, Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris, em Lucro presumido são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 16. Tributos diferidos e imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

As controladas São Francisco e Marituba são do regime do lucro real. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados no regime do Lucro Real são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

(\*) Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

#### Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		
	2022	2021	
Lucro antes do IR e CS	326.183	84.537	
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social esperada Adições permanentes	(110.902)	(28.743)	
- Perda na venda de ativos	_	7.685	
- Resultado de operações descontinuadas	4.645	-	
- Despesas indedutíveis	-	(785)	
- Resultado de equivalência	100.983	44.153	
Outros	27		
Imposto de renda e contribuição social		_	
efetiva	(5.247)	22.310	
Corrente	(3.382)	-	
Diferido	(1.865)	22.310	
_	(5.247)	22.310	
Alíquota efetiva	-1,7%	25,2%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 16. Tributos diferidos e imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado (lucro real)		
	2022	2021	
Resultado antes do IR e CS (i) Alíquotas nominais vigentes	169.388 34%	(42.195) 34%	
Imposto de renda e contribuição social esperada Adições permanentes	(57.592)	(14.346)	
- Perda na venda de ativos	-	7.685	
- Despesas indedutíveis para GBS Outros	32	(2.404) (871)	
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(57.560)	(9.936)	
Corrente	(3.382)	-	
Diferido	(54.178)	18.756	
Alíquota efetiva	34%	44%	

<sup>(</sup>i) Resultado das Companhias Sterlite Brazil, GBS Participações, Marituba e São Francisco que se encontram em regime de tributação lucro real;

# Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social 2022 para projetos em lucro presumido:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida(i) Percentual de presunção	923.305 8%	923.305 12%
Base de cálculo presumida	73.864	110.797
Alíquotas nominais vigentes Imposto de renda e contribuição social efetiva	25% (18.466)	9% (9.972)
Outros	(1.835)	(991)
Impostos de renda e contribuição social corrente Impostos de renda e contribuição social diferido	(1.573) (18.728)	(850) (10.113)

<sup>(</sup>i) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz – controladas diretas da GBS participações e Tangará e Serra Negra que se encontram em regime de tributação lucro presumido;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 16. Tributos diferidos e imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2021 para projetos em lucro presumido.

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	737.176	737.176
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	(58.974)	(88.461)
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(14.744)	(7.962)
Outros	(2.079)	(744)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(16.823)	(8.706)

<sup>(</sup>i) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

### 17. Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem os seguintes processos:

<sup>(</sup>ii) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos apresentados no consolidado são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações.

<sup>(</sup>ii) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz – controladas diretas da GBS participações que se encontram em regime de tributação lucro presumido;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 17. Contingências—Continuação

a) Contingências passivas - risco de perda provável

A administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

		31/12/2022		
		Quantidade	Valor	
Processos judiciais				
Borborema	Cíveis	65	5.189	
Goyaz	Cíveis	36	7.114	
Solaris	Cíveis	43	910	
		144	13.213	

Em 31 de dezembro de 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

#### b) Movimentação das provisões para contingências

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Processos judiciais			
Cíveis		13.213	13.213
	-	13.213	13.213

#### c) Contingências passivas - risco de perda possível

		31/12/2022		
		Quantidade de		
		processos	valor	
Controladas diretas				
São Francisco	Cíveis	1	1.141	
Borborema	Cíveis	1	46	
		2	1.187	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$370.913 dividido em 370.913.000 ações ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	2022	2021
Sterlite Power Transmission Ltd	74.92%	74.92%
Sterlite Grid 5 Ltd	25.08%	25.08%
	100%	100%

#### b) Dividendos mínimos obrigatórios

A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2022 foi constituído R\$2.919 (R\$983 em 2021).

#### c) Destinação dos lucros

Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação:

Destinação dos lucros	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	307.274	98.322	
Constituição da reserva legal	(15.364)	(4.916)	
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.919)	(983)	
Constituição de reservas de retenção de lucros e reserva de lucros a realizar	288.991	92,423	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 18. Patrimônio líquido

#### d) Reservas de lucro

	2022	2021
Reserva legal (i)	33.381	18.017
Reserva de retenção de lucro (ii)	155.283	155.283
Reserva de lucros a realizar (iii)	288.991	
	477.655	173.300

- (i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.
- (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.
- (iii) Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, consequente geração de caixa pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 19. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	1.491.700	621.847
Margem de implementação da infraestrutura	346.464	159.171
Remuneração do ativo de concessão	154.138	32.786
Receita de operação e manutenção	6.583	-
Total da receita bruta	1.998.885	813.804
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(17.226)	(3.923)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(2.584)	` (377)
(-) PIS sobre o faturamento	88	377
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(3.522)	(893)
PIS diferido sobre operação e manutenção	-	-
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(79.375)	(18.107)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(11.927)	(1.743)
(-) COFINS sobre o faturamento	407	(377)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(16.235)	(4.130)
	(130.374)	(29.173)
Encargos setoriais	(329)	_
Receita operacional líquida	1.868 <u>.</u> 182	784.631
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 20)	1.388.707	599.812
Margem de implementação da infraestrutura (Em milhares de reais)	326.707	154.148
Margem de implementação de infraestrutura-(Em %)	23,53%	25,70%
margem de implementação de initacentatara (Em 70)	20,0070	20,1070

## 20. Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção

	Consolidado		
	2022	2021	
Pessoal	(34.868)	(5.994)	
Máquinas e equipamentos	(688.338)	(336.028)	
Serviços de terceiros	(267.828)	(159.747)	
Terrenos	(3.493)	-	
Gastos ambientais	(14.230)	(3.682)	
Edificações	(255.834)	(70.270)	
Servidão	(23.556)	(23.739)	
Capitalização de juros	(52.606)	-	
Outros	(52.706)	(352)	
	(1.393.459)	(599.812)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 20. Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção-Continuação

Custos referentes à construção do projeto, cujas atividades se intensificaram durante o ano de 2022, principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos, bem como, contratação de serviços, constituição de faixa de servidão para passagem da linha de transmissão e construção de Subestação.

## 21. Despesas gerais e administrativas

	Control	Controladora		lidado
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e encargos	(3.564)	(29.799)	(5.218)	(29.985)
Serviços de terceiros	(10.304)	(3.895)	(21.490)	(10.996)
Material	(402)	(428)	(424)	(113)
Aluguéis	(543)	-	(650)	(430)
Tributos	(172)	-	(257)	(451)
Seguros	(336)	-	(4.169)	(1.141)
Outros	(910)	(1.925)	(1.446)	(776)
	(16.231)	(36.047)	(33.654)	(43.892)

## 22. Resultado financeiro líquido

	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.681	826	10.655	1.266
Outras receitas financeiras	480	444	480	443
	2.161	1.270	11.135	1.709
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e				
debêntures	(30.254)	-	(84.692)	(4.367)
Despesas bancárias	(23)	-	(368)	-
Pis/Cofins sobre rendimentos financeiros	(100)	-	(145)	-
Custo de emissão de debêntures	-	-	-	(4.000)
Comissões, taxas e fianças	(9.828)	-	(22.813)	(12.564)
Multas e juros sobre atraso	301	-	137	(128)
IOF	(3.157)	(446)	(4.240)	(1.703)
Outros	(17)	(451)	(2.983)	3.413
	(43.078)	(897)	(115.104)	(19.349)
Resultado financeiro líquido	(40.917)	373	(103.969)	(17.640)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 23. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

#### 23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		Contro	Controladora		Consolidado	
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2022	2021	2022	2021	
0.1	•	4 004	4.000	70.044	40.044	
Caixa e depósitos bancários	2	1.024	4.208	78.044	42.841	
Valor a receber da alienação de investimento	2	7.984	36.708	7.984	36.708	
Dividendos a receber	2	2.901	1.874	-	-	
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	7.189	-	
		Contro	ladora	Consc	olidado	
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2022	2021	2022	2021	
Aplicações financeiras	2	254.493	2.538	448.150	95.066	
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2022	2021	2022	2021	
Fornecedores	2	8.654	3.839	194.244	108.412	
Partes relacionadas	2	54.308	49.791	3.838		
Empréstimos e debêntures	2	483.800		2.224.954	420.879	
Arrendamentos	2	951	1.782	951	1.782	
Arrendamentos	2	901	1.782	951	1./82	

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximamse substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 23. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

 Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 24. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

#### b) Riscos de preço

As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

#### c) Riscos cambiais

A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 24. Gestão de risco--Continuação

#### d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas.

A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida – RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

#### 25. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

## 26. Seguros

A controladora possui seguro contratado contra riscos de incêndios do prédio comercial locado para suas atividades, de acordo com cláusula contratual de arrendamento.

As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Borborema	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	16/dez/23	R\$18.342,35
Borborema	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	24/iun/21	19/dez/23	R\$283.282.35
Borborema	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	12/jun/22	12/jun/23	R\$30.000.00
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/jun/21	30/set/24	R\$283.282,35
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/jun/22	18/iun/23	R\$336.781,76
	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	18/jun/23	R\$16.079,50
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/jun/22	30/jun/23	R\$40.000.00
Goyaz		Risco Civil	- J	,	,	
Goyaz	Construção		Fairfax Brasil Seguros	20/ago/21	20/jun/23	R\$263.213,38
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/ago/21	30/jul/24	R\$263.213,38
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/jun/22	30/jun/23	R\$121.866,66
Jaçana	Performance Bond	Perfomance Bond	Austral	10/mar/22	29/jun/25	R\$15.213,06
Marituba	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	16/dez/23	R\$28.024,85
Marituba	Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	23/mai/22	21/mai/23	R\$40.000,00
Marituba	Construção	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	23/mai/22	21/mai/23	R\$736.794,07
São Francisco	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	17/jun/24	R\$38.631,70
São Francisco	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	20/set/22	01/out/23	R\$30.000,00
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	20/set/22	01/out/25	R\$832.420,77
Serra Negra	Performance Bond	Perfomance Bond	Austral	05/set/22	31/mar/27	R\$10.512,50
Solaris	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/set/18	27/set/24	R\$20.156,05
Solaris	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	12/jul/21	21/set/23	R\$345.090,69
Solaris	Operacional	Risco Civil	Swiss RE Corporate	05/jul/22	05/jul/23	R\$30.000,00
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	25/jun/21	15/abr/24	R\$345.090,69
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/jun/22	28/jun/23	R\$362.191,52
Solaris II	Construção	Risco Civil	AXA Seguros	06/dez/21	28/fev/23	R\$83.077,78
Solaris II	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/dez/21	28/fev/25	R\$83.077,78
Sterlite Brazil	Corporate	D&O	AIG Seguros	21/set/22	21/set/23	R\$50.000,00
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Fairfax Brasil Seguros	16/fev/22	16/ago/26	R\$468.91
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Pottencial Seguradora	30/jun/20	31/mai/23	R\$331,38
Sterlite Brazil	Corporate	Locação	Pottencial Seguradora	01/jun/20	31/mai/23	R\$1.314.23
Sterlite Brazil	Corporate	Risco de Incêndio	Chubb Seguradora	03/jul/22	03/jan/24	R\$4.340,63
Tangará	Performance Bond	Perfomance Bond	Avla	05/set/22	30/dez/27	R\$44.179,03

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

#### 27. Eventos subsequentes

#### Adiantamento para futuro aumento de capital

A São Francisco recebeu da Companhia, de janeiro a maio de 2023, o montante de R\$98.642 a título de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital).

#### Empréstimos e financiamentos

#### Sterlite Brazil Participações

A Companhia quitou antecipadamente em 5 de janeiro de 2023, integralmente o saldo devedor remanescente de 31 de dezembro de 2022, no montante total de R\$2.272, da cédula de crédito bancária nº 2203180001A do Banco Modal, que consiste num aditamento realizado em 30 de setembro de 2022 da cédula de crédito bancária original nº 2203180001, emitida em 18 de março de 2022 com o principal no montante de R\$28.000.

#### São Francisco

A São Francisco assinou em janeiro de 2023, um contrato com o Banco do Brasil de FDNE, no montante de R\$150.000, com previsão de desembolso no 1o semestre de 2023.

A São Francisco em 10 de março de 2023, assinou um empréstimo ponte no montante total de R\$150.000 com o BNB/FNE e o mesmo foi desembolsado integramente no dia 17 de março de 2023, acrescidos a taxa de juros CDI + 3,04% a.a., com prazo de 12 meses.

#### Escopo adicional

Solaris Transmissão de Energia S.A.

A Companhia tem um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janauba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original.